

# Pernambuco: educação em jogo.

**M**étodos de ensino pouco criativos sempre tornaram difícil a relação dos alunos com a escola, com prejuízo da transmissão e absorção dos conteúdos. Depois da Internet, que instituiu linguagem mais sucinta, rápida e interativa, tudo ficou ainda pior. É preciso, portanto, buscar novas maneiras de abordar os jovens, tornando interessante, prazerosa e produtiva a experiência do aprendizado, para reduzir a indiferença e a evasão. Esse foi o objetivo da Secretaria Estadual de Educação, que, em parceria com a Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), desenvolveu e implementou o projeto Olimpíada de Jogos Digitais e Educação (OJE), que explora os jogos para melhorar a experiência do aprendizado nas escolas

da rede pública estadual. “O OJE é a prova de que é possível colocar a tecnologia a serviço da educação”, comemora Romero Guimarães, diretor da ATI, um dos responsáveis pelo projeto.

O projeto OJE recebeu o Prêmio Excelência em Governo Eletrônico 2011, conferido pela Abep e pelo Ministério do Planejamento, e entregue durante o Secop 2011, realizado em Porto de Galinhas.

“Nós já estamos até exportando a experiência para outros estados, tais como o Rio de Janeiro, que estuda a possibilidade de implantar o sistema nas escolas da rede pública estadual”, comemora Joaquim Costa, diretor presidente da ATI. O projeto OJE, segundo ele, rompe com a tradição de isolamento da pesquisa no Brasil. A ATI mobilizou algumas das quase 200

empresas de TI que compõem o Porto Digital de Recife, para formar a equipe que, sob a orientação de educadores e pedagogos, acabaria por desenvolver a tecnologia-base dos jogos eletrônicos como material didático. Em ambiente de competição saudável, o OJE envolve os alunos da rede estadual em jogos e gincanas, nas quais o desafio é apresentar o melhor rendimento em cada uma das disciplinas.

“Todos os estudantes que participaram das olimpíadas não apenas melhoraram o nível de frequência às aulas, como também, de absorção e aproveitamento dos conteúdos”, alega Joaquim. “Além disso, trata-se de ideia inédita, ligada a uma necessidade básica, que é a melhoria da educação”, reforça o

presidente da Abep, Carlson Aquistapasse.

## A ciência do possível

Tecnicamente, o OJE se define como um serviço educacional, que estimula os processos de aprendizagem entre alunos e professores do ensino básico, por meio do diálogo e da diversão em ambiente web. Na verdade, trata-se de uma rede social privada, rica em jogos digitais e atividades que desafiam os jogadores, ao longo de uma aventura RPG (Role Playing Game). Jogos capazes de estimular nos jovens participantes habilidades cognitivas e colaborativas. Os desafios da aventura incluem jogos casuais, enigmas inspirados em questões de provas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), wikigames e jogos de realidade alternativa ou



Joaquim, da ATI: melhora na absorção e no aproveitamento dos conteúdos pelos estudantes.

ARGs (Alternate Reality Game), chamando a atenção dos alunos para as representações e processos típicos dos diversos domínios de conhecimento.

Com base nessa plataforma é que se organizam as competições anuais, envolvendo toda a rede estadual de ensino. Os alunos formam equipes entre si e, sob a orientação dos professores, respondem aos desafios e pontuam em diferentes competições. Os melhores recebem prêmios virtuais e reais, em eventos online e ao vivo.

## atalho

A tecnologia aplicada aos jogos virtuais virou material didático nas escolas pernambucanas da rede estadual, reduzindo drasticamente as taxas de evasão. A experiência que começa a ser exportada, recebeu o Prêmio Excelência em Governo Eletrônico 2011, conferido pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep) e pelo Ministério do Planejamento, durante o 39º Seminário Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação para Gestão Pública (Secop 2011), que se realizou em Porto de Galinhas.

## ▶ atalho

O contribuinte quer mais eficiência; o cidadão quer um relacionamento integrado com os serviços de estado; e os governantes e gestores precisam de mais colaboração entre os diversos órgãos e instâncias. Essas premissas colocam a computação em nuvem como uma grande oportunidade para as organizações de TI do setor público. Mas a transição é turbulenta. Ao mesmo tempo em que surgem várias iniciativas, as lacunas sobre modelo de serviços, soberania de dados, conformidade com a regulação, integridade tecnológica (padrões, independência de fornecedor, etc.) e, claro, governança ainda vão preocupar os profissionais durante algum tempo. Essas inquietações esquentaram os debates da 9ª edição do Fórum TI & Governo, que reuniu 63 profissionais de TI da área pública, no Tivoli Ecoresort da Praia do Forte, na Bahia.

# O governo cabe na

**S**ou entusiasta do modelo que chega. Os benefícios valem a pena e a computação em nuvem “pode ser o salto para tornar a tecnologia acessível a órgãos que não são intensivos na construção de suas aplicações”, avalia Delfino Natal de Souza, secretário da SLTI (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento). “Neste momento, todas as tecnologias de cloud são imaturas e há risco. Mas as recompensas são enormes e por isso devemos pensar”, pondera Cassio Dreyfuss, vice-presidente do Gartner no Brasil.

No ano passado, a SLTI e o Ministério da Ciência e Tecnologia começaram trabalho de análise de tecnologias, metodologias e tendências, com foco em governança. Segundo Delfino, essa iniciativa buscou também definir o papel das três estatais — Serpro, Dataprev e Telebrás. Ele informa que há um projeto no LNCC (Laboratório Nacional de Computação Científica), com verba da Finep, para estruturar um modelo de computação em nuvem no governo federal: “Pensamos em nuvem privativa do governo. Além disso, o que está em debate é a maturidade da gestão de

segurança, inclusive em nuvem privada”.

Do ponto de vista de infraestrutura, o direcionamento à nuvem privada responde a grande parte do burburinho do auditório no início do debate. “Onde vai ficar o backup?”; “quem terá acesso ao dado?”; “eu vou saber onde roda meu aplicativo”? — eram perguntas recorrentes. Delfino lembra também que, em paralelo, há o projeto Inda (Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), que definirá os critérios de classificação e publicação de dados de acesso público: “Esse é um delimitador para decidir o que fica restrito e o que podemos trabalhar em nuvem. As informações críticas continuariam armazenadas em servidores privados. Mas não faz sentido ter o mesmo rigor e nivelar a criticidade para tudo”. “Não é por falta de computação que deixamos de prover os dados abertos; é porque não sabemos o que são os dados abertos”, acrescenta Rodrigo Assumpção, presidente da Dataprev: “Imagens das câmeras de segurança no Rio poderiam ficar na nuvem. Minha pergunta é se governo da Noruega colocaria dados de manutenção predial em um servidor compartilhado.

O que é crítico para um não é para outro, e isso muda. A grande questão do país no momento é governança e esses campos ficam obscuros”.

“Em iniciativas nos EUA, Indonésia, Japão e Cingapura, os primeiros projetos são de usar a nuvem como plataforma de prestação de serviços ao cidadão. Na área de governo, todo mundo se movimenta com muita cautela”, diz Cassio, do Gartner.

Delfino informa que até o final do ano será publicado o plano para gerenciamento de dados abertos do governo. Vários estados já integram as “áreas de interesse”, como IBGE e AGU (portal da transparência). Segundo o secretário, o portal dados.gov.br já está em construção: “Cloud nada mais é do que o compartilhamento, e essa consolidação pode servir para elevar a governança. A nuvem vai viabilizar ideias represadas por dificuldades de contratação”.

No caso das nuvens públicas, os obstáculos começam pela política de compras e contratações e abrangem outras questões pendentes, como a segurança e a soberania dos dados. “Por enquanto, os grandes casos de



Delfino, da SLTI: “A computação em nuvem pode ser o salto para tornar a tecnologia acessível a órgãos que não são intensivos na construção de suas aplicações”.

sucesso são de pequenas e médias empresas, que deixam de comprar software administrativo (e contratam como serviço). Cloud computing é bom para quem quer prescindir de área de TI, inclusive pequenos órgãos governamentais”, afirma Rodrigo, da Dataprev.

Ele conta que, nas conversas com as indústrias, todas as argumentações de segurança se concentram nas ameaças externas: “Quando pergunto ao fornecedor como eu seria protegido dele mesmo, até hoje só um respondeu; disse que faria auditoria. Mas aí o estrago já foi feito. A Dataprev tem a guarda de um dos maiores tesouros

# nuvem?

do país. No Japão, já se perderam 50 milhões de registros de seguridade. Elementos como esse fazem com que ‘detalhes a serem resolvidos’ sejam complicadores fortes”.

## Soberania dos dados

Embora não seja um problema exclusivo do setor público, somam-se às questões técnicas de segurança indagações sobre a segurança jurídica e a soberania dos dados. “Na Alemanha, o governo exige que os dados sejam processados no país, mas o provedor não tem que discriminar como é feito o processamento. Em outros casos, se obriga a informar o servidor e o dispositivo e aí não dá para fazer cloud computing”, compara Cassio.



**Rodrigo, da Dataprev:** “Cloud computing é bom para quem quer prescindir de área de TI, inclusive pequenos órgãos governamentais”.

As ofertas globais acabam se contrapondo à soberania legislativa dos países, o que se torna um problema mais grave em conjunturas de instabilidade institucional. “Um dos eixos da decisão é saber onde o dado fica. Algumas organizações podem não querer hospedar os dados de seus clientes nos EUA, em função do Ato Patriótico”, admite Gene Phifer, vice-presidente do Gartner.

“Nesta década, a única forma de cloud computing é o uso da estrutura das próprias estatais”, constata Delfino, da SLTI.

No entanto, Delfino reconhece que, do ponto de vista evolutivo, os gestores precisam se preparar para lidar com questões como segurança, disponibilidade e conformidade, mesmo em estruturas compartilhadas: “Com maturidade na gestão da informação, podemos fazer tudo. Devemos nos posicionar como provedores de serviços de informação. Os serviços de infraestrutura podem ser atendidos por diversos provedores, mas a gestão da informação nós devemos reger”.

Em termos mais imediatos, e com escopo mais delimitado, Delfino lembra que os governos já têm referências bem sucedidas de interoperabilidade e

cooperação entre serviços “em nuvens”, como o projeto da NFe (Nota Fiscal Eletrônica), em que as secretarias estaduais de Fazenda e a Receita Federal compartilham e prestam serviços mutuamente.

Cassio Deyfuss menciona que há algumas referências internacionais de serviços de nuvem pública, basicamente e-mail, contratados por órgãos de governo. No entanto, os ajustes legislativos e regulatórios estariam por ser feitos. “A contratação de serviços na nuvem é totalmente incompatível com práticas de governo”, resume.

André Luiz de Almeida, da Secretaria de Saúde de São Paulo, concorda que é difícil conciliar a flexibilidade e a abstração do modelo de computação em nuvem à atual regulamentação dos investimentos e gastos públicos: “Quando fui falar (sobre cloud computing) com o jurídico e disse que se tratava de serviço, responderam que, então, todos os funcionários do provedor teriam que trabalhar sob o regime da CLT”. “O advogado deveria ser parte da solução”, contrapõe Rodrigo Assumpção. “Ou então, o jeito é só ir conversar com o jurídico depois que estiver tudo definido”, ironiza.



**Cassio, do Gartner:** “Neste momento todas as tecnologias de cloud são imaturas e há risco. Mas as recompensas são enormes e por isso devemos pensar”.

## Soluções incipientes

*Conforme projeções do Gartner, até 2014 todas as corporações da lista Fortune 1000 usarão alguma forma de cloud computing. Segundo Cassio Deryfuss, vice-presidente da consultoria, o mesmo deve acontecer em pelo menos 25% das grandes organizações no Brasil: “O cotovelo da curva de crescimento deve ocorrer no Brasil em 2012. Isso é o fim de tudo que sabemos de gestão de desempenho, portfólio, segurança. Muda tudo”.*

*Ao mesmo tempo em que destaca as vantagens e as tendências, praticamente inexoráveis, de uso da plataforma, Cassio avalia que as grandes indústrias ainda estão longe de amadurecer sua abordagem ao setor público: “Não existem ofertas bem desenvolvidas para governo. São bons clientes, mas constituem organizações muito diferentes. Pela expectativa de receita, as grandes indústrias começam pelo setor privado. Então, resolução de problemas típicos do governo ficam para depois”.*

*As questões relativas a governança, risco e conformidade (GRC), um problema sério para a indústria financeira, também afetam muito as estratégias do setor público. “O GRC ainda é muito imaturo no regime cloud. Por exemplo, todos os procedimentos de auditoria se baseiam na ideia de que pode seguir uma transação ponta a ponta. Mas em cloud, o profissional de TI fica distante da infraestrutura. Essa falta de visibilidade dificulta a conformidade”, menciona. Apesar dos obstáculos, Cassio identifica a computação em nuvem como uma alternativa factível para “reduzir custo e ciclo das operações”; suportar projetos de grande volume; além de ser um viabilizador de novos serviços.*

# Exemplos de sucesso

**A**o apresentar o projeto do Portal de Gestão de Infraestrutura de TI, Moacir Canella Bortolozo, supervisor de infraestrutura da Gerência de TI da Secretaria de Fazenda do Espírito Santo, garantiu: “Hoje, o secretário de Fazenda vê a arrecadação de três em três minutos”.

O portal expõe de forma abrangente e objetiva informações sobre os diversos elementos da estrutura de TI. Isso é feito com um parque heterogêneo, que inclui 115 servidores, 2 mainframes e 1 Risc, além de quatro grandes sistemas de armazenamento e dezenas de elementos de rede. “Os painéis extraem dados de ferramentas que já estavam em produção, mas hoje o gestor consegue ver o que acontece”, diz Moacir. Além de todo o trabalho de integração, foi feito também um mapeamento dos processos. “É preciso ver o que compõe um serviço. Então, monta-se a cadeia de serviços, com sensores que indicam como está cada componente técnico”, explica.

No processo evolutivo do portal, se adicionam

painéis, referentes a estrutura para determinado processo ou serviço, e se configuram alertas. “A ideia é ter funções proativas. Com BI de infraestrutura, nos antecipamos a problemas. A ferramenta pode jogar o pico de tráfego de uma aplicação na rede e verificar se o link aguenta”, exemplifica.

Moacir avalia que as dificuldades de integração se equivalem em ambientes proprietários ou de software livre. Ele adverte que uma das maiores adversidades é habilitar os agentes de gerenciamento a se autenticar em múltiplas plataformas: “A autenticação integrada, mesmo com LDAP (protocolo padrão de diretório), não é comum”.

Ainda que os painéis sejam voltados a especialistas de TI, Moacir destaca que a usabilidade é determinante na eficácia da ferramenta.

## Moeda única para serviços de TI

Nivelar conhecimento das equipes técnicas sobre requisitos legais e de gestão de qualidade na contratação de TI foi o escopo do projeto apresentado por Carlos Diniz, responsável pelo

controle de serviços do Superior Tribunal de Justiça. A iniciativa, de melhoria e proatividade, implementada no ano passado, é do grupo encarregado por infraestrutura, dentro dos oito grupos de contratação formados na Comunidade TI Controle. “A ideia é focar qualidade e produtividade como critério de contratação. A maioria dos serviços públicos hoje ainda não trabalha com proatividade. Há pouca documentação (sobre os serviços contratados), o gerenciamento de incidentes é falho e falta gerenciamento”, diz.

Diniz critica os modelos tradicionais de gerenciamento de contratos e conta que foi desenvolvida uma métrica de tarifação, conforme o tempo e a complexidade dos serviços. A partir da categorização das atividades em cinco níveis, e vinculação a SLA (acordo de nível de serviço), foi definida a UST (Unidade de Suporte Técnico) como referência.

O projeto é orientado pela Instrução Normativa SLTI nº. 4/2008, que orienta o processo de contratação de serviços de TI na administração federal.



Júlio Semeghini: “Temos que avançar em governo único. O cidadão ainda sofre com os vários governos com que tem que se relacionar”.

## É preciso fazer mais pelo cidadão

*O uso de tecnologia na relação entre governo e cidadão proporcionou um salto tanto na qualidade operacional quanto de ética na prestação dos serviços. Todavia, Júlio Semeghini, secretário de Gestão Pública do Estado de São Paulo, observou, em sua apresentação no Fórum TI & Governo 2011, que ainda há uma utilização incipiente das informações, que precisam ser padronizadas, consolidadas e plenamente acessíveis, para dar base à racionalização dos serviços à sociedade. “Em centros de atendimento, tivemos grande sucesso com o Poupatempo. Foi um grande salto, mas quem entende de TI acaba se irritando em alguns momentos. Se a mesma pessoa vai tirar as carteiras de identidade e de habilitação, vai ao posto da Secretaria de Segurança, faz todos os procedimentos e, depois, tem que fazer tudo de novo no Detran. Alguns lugares ficam lotados, enquanto outros estão vazios. Se estivesse tudo integrado, poderíamos gerir os picos”, exemplifica Júlio: “Temos que avançar em governo único. O cidadão ainda sofre com os vários governos com que tem que se relacionar”. Coerente com sua visão autocrítica e pragmática, o secretário traduz alguns apelos técnicos da computação em nuvem — como dados padronizados e comuns a vários serviços, restritos ou abertos — em diretrizes concretas para o tratamento e fluxo das informações nas bases de dados e aplicações de governo: “No Governo de São Paulo, começamos (o uso de TI em administração pública) com vários projetos de sucesso, mas que eram verticais; dentro das corporações e ainda longe do cidadão. Em 1995, quando era presidente da Prodesp, tivemos êxito porque tiramos coisas do mainframe e levamos ao balcão de atendimento. Agora, os serviços devem estar disponíveis na rua e na vida do cidadão”.*

*“O conceito da nuvem privada é muito interessante. Trabalhamos para aproveitar melhor a capacidade, otimizar os investimentos e, mais importante que tudo isso, integrar as informações para operarmos como um governo único. Essa visão da rede, da integração e da gestão de uso da informação é a questão”, destaca. Júlio enfatiza a prestação de serviços online como prioridade: “Temos que parar de pensar só no atendimento de balcão. Nos bancos, há 20 anos todo mundo queria automatizar agência, depois se colocaram os serviços para fora. Não se pode esperar que o Poupatempo tenha condições de atender todos em tudo. O avanço no serviço online depende de o governo ter bom banco de dados. Se a tecnologia garante que você é você mesmo, podemos oferecer inclusive opções de autoatendimento”.*

*“A Intragov tem que ser uma rede móvel”, afirma Júlio: “Hoje, temos TI no hospital mas não na ambulância. Na segurança pública, demos passo enorme com o boletim de ocorrência eletrônico. Mas ainda se pede para as testemunhas comparecerem à delegacia, quando o melhor ambiente para coletar dados é o próprio local da ocorrência, se o policial dispuser de um tablet”.*

# Os fornecedores mostram suas soluções no Fórum TI & Governo 2011

## Alcatel/Lucent



Além dos avanços de capacidade nos equipamentos de infraestrutura de comunicações, a facilidade de integração, a simplificação a arquitetura e o gerenciamento unificado são os eixos da oferta da Alcatel/Lucent para acelerar a implementação de aplicativos que melhoram a qualidade dos serviços públicos. As

soluções baseadas em LTE, por exemplo, levam taxas acima de 20 Mbps a cada usuário, em redes wireless, o que viabiliza aplicações como pré-exames nas ambulâncias. A Polícia Militar de São Paulo já implementa um projeto-piloto, em que todo o processo de notificação de ocorrências é feito em um tablet, sobre uma rede que integra voz, dados e vídeo, com gerenciamento unificado.

## Avaya



Junto a seus parceiros Anixter, ISH e Mahvla, a Avaya mostrou como várias novas tecnologias são aplicadas para atender às necessidades de comunicação, colaboração, segurança e atendimento ao cidadão, com um caminho factível de migração. Entre os diferenciais da nova arquitetura de comunicação,

a empresa segmentou as camadas de aplicação e de controle, para que já se usufruam os benefícios da convergência, mesmo com partes legadas da rede. A empresa também apresentou o Avaya Flare, um ambiente unificado de comunicações (de e-mail e vídeo em alta resolução), compatível com os principais sistemas operacionais disponíveis, dentre eles, Windows, iPad, além de Android.

## Central IT



Desde 2004, a Central IT presta serviços de suporte a infraestrutura, suporte a usuários (help desk), manutenção e business process outsourcing (BPO), com um modelo de entrega de qualidade de serviços que preconizou os critérios da comunidade TI Controle. A empresa tem as certificações ISO 9001/2008 e Probare,

além de atender a rigorosos processos de seleção e contratação, com transparência e mecanismos diferenciados de garantia de qualidade. A maior parte dos negócios, cerca de 95%, da Central IT é voltada a organizações públicas, o que permitiu amadurecer os métodos de atendimento e a conformidade às exigências desses clientes. A empresa oferece ainda soluções verticais, como o CIT Saúde, que aceleram as implementações.

## Cisco/System TI



Com foco em soluções para datacenters, a Cisco e sua parceira System TI apresentaram a nova oferta de Unified Computing Systems (UCS), que combina servidores e estrutura de rede em uma arquitetura de virtualização, com gerenciamento unificado. O conjunto de soluções vai desde a convergência na camada de conexão, com FCoE (fiber channel over Ethernet), à

virtualização dos equipamentos de comutação e roteamento, implementada nos switches Nexus. As plataformas baseadas no conceito de UCS levam a elasticidade e as facilidades de provisionamento sob demanda à totalidade do ambiente de datacenter. A companhia já tem grandes casos de sucesso no setor público, como Enem, que roda em datacenter com tecnologia Cisco.

## CPM Braxis Capgemini



A CPM Braxis Capgemini, parte do Grupo Capgemini, é uma das líderes globais em soluções de tecnologia da informação. Oferece a empresas instaladas no Brasil e no mundo quatro linhas de serviços: Applications Management Services, Enterprise Applications Services, Infrastructure Technology Services e Infrastructure Products. Com um histórico de 29 anos

de sucesso no país, reúne mais de 6,4 mil profissionais e atende mais de 200 clientes em todo o território nacional. Conta com oito centros de desenvolvimento, centros de teste e datacenter próprio, além de comando para gerenciamento remoto de infraestrutura, núcleos de serviços compartilhados de manutenção e suporte para soluções SAP. E certificada CMMI Dev 1.2 nível 5.

## Embratel



Aliada a sua experiência e reputação nas organizações de governo, a Embratel expôs como suas diversas linhas de serviços podem alavancar a qualidade da gestão e, principalmente, de atendimento aos cidadãos. A Rede Internet Via Embratel é a primeira rede no Brasil a garantir, em contrato, índices explícitos de desempenho. Outro exemplo são as soluções de

relacionamento, que incluem o 0800 Inteligente ou Número Único Nacional. A Embratel mantém o primeiro SNOG (centro de operações de segurança de rede) dedicado do país e tem condições de garantir alta disponibilidade, com recursos de redundância e autorrecuperação da rede.

## IBM



Ao mesmo tempo em que investe para ampliar seu portfólio de tecnologias e produtos, a IBM se posiciona como uma companhia de software e serviços. Nesse contexto, a estrutura local e a capacidade de desenvolvimento no Brasil têm permitido respostas rápidas a

demandas relevantes, como, por exemplo, um sistema de meteorologia de alta resolução, feito conforme as necessidades da prefeitura do Rio de Janeiro. Outras inovações foram mostradas no contexto das prioridades do setor público, como sistemas de controle e monitoração em Centros de Operações. A IBM também expôs uma abordagem simplificada, baseada em appliance, para dados analíticos.

## Lenovo



Alta robustez e recursos avançados de gerenciamento acabam reduzindo o custo total do parque de PCs, principalmente os notebooks e, agora, os tablets, como demonstrou a Lenovo. A empresa apresentou em primeira mão as características

diferenciadas de seu novo tablet, com recursos especiais para uso profissional, como o Think Vantage, um agente de gerenciamento embutido no equipamento. Com uma oferta de configurações com capacidade acima da média do mercado, a Lenovo foca em clientes com expectativas mais maduras de desempenho, resistência dos equipamentos e gerenciamento do parque, inclusive das máquinas remotas.

## Level3 (antiga Global Crossing)



A Level3 iniciou suas atividades no mercado latino-americano este ano, através da aquisição da Global Crossing. Por isso mesmo, é como se já estivesse aqui há muito mais tempo. Além da oferta de aplicações avançadas de comunicação, como videoconferência e comunicações unificadas,

a Level3 provê serviços como o Virtual Hosting, uma modalidade de IaaS (infraestrutura como serviço). No Brasil, a infraestrutura da Level3 inclui três datacenters, em Cotia (SP), Curitiba e Rio de Janeiro. Junto aos argumentos de escalabilidade, agilidade e racionalização de custos, grandes companhias sujeitas a fortes regulamentações de governança, como SOx e Basileia, já são clientes dos serviços de datacenter, o que ajuda a quebrar barreiras em organizações públicas.

## Sonda IT



A Sonda IT é a maior companhia latino-americana de soluções em TI. A empresa provê serviços e soluções de TI para órgãos do governo de diversos países na América Latina. No Chile, seu país de origem, a organização é a principal parceira do Governo para o fornecimento de tecnologia. Na capital Santiago, é responsável pela operação do novo sistema de transporte público e de gestão de tráfego, além de controlar todo o sistema de identificação civil e de emissão de títulos eletrônicos da saúde pública de toda a nação chilena, entre outros. Com mais de 20 anos no Brasil e presente em todo território nacional, a empresa é reconhecida por seu modelo de proposta de full outsourcing de TI. Com aproximadamente 6 mil colaboradores, a organização conta atualmente com mais de 1.200 clientes ativos. A Sonda IT opera por três unidades de negócio: Aplicativos, Plataformas e Serviços de TI, representadas, respectivamente, pelas empresas Sonda Software, Sonda Telsinc/ Sonda Kaizen e Sonda Procwork. A Sonda IT mantém altos níveis de parceria com os principais players globais.

## TIM/Intelig



A TIM/Intelig apresentou seus novos serviços de convergência de mobilidade, voz e dados, e serviços de valor adicionado. Para atendimento ao mercado corporativo, a TIM/Intelig tem investimentos planejados em R\$ 1,5 bilhão nos próximos dez anos. Apenas no

ano passado, foram investidos R\$ 800 milhões no núcleo da rede, além da ampliação do backbone nacional, de 20 mil para 30 mil quilômetros. A TIM/Intelig mantém um engenheiro de soluções para cada três executivos de contas, que ajudam as organizações a acelerar a inovação e minimizar os custos.

## Ziva/HP



A ZIVA Tecnologia e Soluções simplifica a complexidade do hardware aos serviços de outsourcing, para Datacenter, Telecom, Networking e Collaboration. A Ziva foi reconhecida como Latin American Partner of the Year para o segmento Networking

pela HP, que por sua vez ampliou seu escopo, com a incorporação de dezenas de renomadas companhias, como a 3Com, 3Par e a EDS. Juntas neste evento, Ziva e HP, as empresas focaram as apresentações em soluções de rede, segurança e automação de datacenter da HP.